

83/09/28

Parecer da Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros
sobre a proposta de alteração do Plano para 1983

A Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros, reunida nos dias 27 e 28 de Setembro de 1983, numa das salas da Secretaria Regional das Finanças em Ponta Delgada emite por maioria, o seguinte parecer:

Enquadramento jurídico

A presente proposta de resolução, de acordo com o Decreto Legislativo Regional nº /83 tem o seu enquadramento jurídico, na alínea e) do artigo 229º da Constituição da República Portuguesa, conjugado com o artigo 234 da mesma e alínea g) do artigo 26º do ESTATUTO POLITICO ADMINISTRATIVO DA REGIÃO AUTONOMA DOS AÇORES.

Apreciação na generalidade

A presente proposta de alteração do plano advém fundamentalmente da necessidade de satisfazer determinados pagamentos de obras de investimento cujo ritmo de execução foi satisfatório e cuja evolução de preços foi maior que a então prevista.

Os programas objecto de reforço financeiro foram os seguintes:

PROGRAMAS	Nº	REFORÇO (EM CONTOS)	% REFORÇO
Construções escolares para o ensino preparativo e secundário	2	226.789	38,8%
Instalação e equipamentos p/o ensino superior	3	34.400	70,2
Melhoria e rede de serviços	7	240.000	76,7
Construções habitacionais	14	36.500	14,6
Apoio aos serviços de incen- dio e protecção civil	17	30.000	45,5
Fomento florestal e recursos cinegéticos e piscícolas	23	4.400	6,1
Apoio ao desenvolvimento Agro-Silvo-pecuária	24	5.400	6,7
Estradas regionais	45	178.000	32,3
Calamidades e estragos rede de armazenagem	50	43.000	252,9
Aplicação de lei das finanças locais	55	16.000	100
		836.489	

Verifica⁴, pois que os reforços de três programas, respeitantes a investimentos públicos, nomeadamente os nos 2, 7 e 45, representam 77% do total.

Para fazer face a tais reforços, e a por de evitar o aumento do déficit orçamental a Região, apenas restou a alternativa de se proceder à necessária redução de certos programas cujo estadió de execução assim a permitia.

PROGRAMAS OBJECTO DE REDUÇÃO

Programas objecto de redução	Nº	Montante	%
Construções escolares p/o ensino primário	1	11.189	5
Apoio aos serviços sociais do funcionalismo regional	12	3.500	39
Formação profissional	13	23.000	30
Desenv. agro-pecuário do Pico	22	40.000	89
Construções de armazens e ampliações dos serviços	25	3.000	17
Extensão rural	27	4.000	17
Desp.da frota pesqueira	28	28.000	26
Apoio financeiro ao inv. industrial	31	150.000	77
Fomento industrial	32	9.000	31
Regularização do abastecimento de cimento à Região	33	20.000	67
ERPI	34	10.000	25
Geotermia	38	100.000	60
Apoio financeiro ao investimento comercial	40	60.000	67
Promoção do comércio externo	41	20.000	32
Apoio à indústria turística	43	50.000	42
Portos comerciais da Orla Morítima	47	125.000	12
Infra estruturas aeroportuárias	48	25.000	5
Investigação e estudos	51	4.800	9
Apoio à informação	52	50.000	48
Modernização da administração pública	53	50.000	46
Apoio ao invest.internacional	-	-	
TOTAL		836.489	

Verifica-se que as alterações acima expostas determinam os seguintes resultados sectoriais:

Distribuição sectorial antes da revisão (%)	Distribuição sectorial con- forme proposta de revisão (%)	Diferença
<u>Sectores</u>		
Sociais 26,48	33,82	+ 7,34
Produtivos 30,12	23,48	- 6,63
Infraestrutu- ras economicas 38,32	39,61	+1,28
Apoio 3,67	2,23	-1,44
Investimentos in termunicipais 0,72	0,69	0,03
Lei das finanças sociais -	0,22	+0,22
TOTAL = 100	100	0

Verifica-se pois que a redução imposta às verbas do sector produtivo na percentagem de 6,63 vai compensar o reforço das verbas do sector social, originando assim uma inflexão em termos reais do plano.

A inflexão em referência, cujo peso se faz essencialmente sentir nos sectores do comércio e da indústria levou a comissão a ouvir os Secretários das Finanças e do Comércio e Indústria, sobre as razões que teriam levado a que se utilizassem disponibilidades financeiras em determinados projectos para fazerem face a compromissos tradicionais em outros.

Subdividindo-se o sector produtivo verifica-se que as reduções incidem nos seguintes sub-sectores:

Redução em contos

Agricultura	37.200
Pescas	28.000
Indústria	150.000
Energia	100.000
Comércio	80.000
Turismo	50.000

Justificações das principais reduções efectuadas

Agricultura

A grande redução efectuada neste sector deve-se ao atraso verificado na execução do programa Arroteias do Pico em virtude de certos problemas agarrados ao financiamento externo.

Pescas

A redução proposta prende-se com a fraca resposta aos incentivos criados e colocados à disposição das entidades privadas.

Indústria

Em relação aos projectos que visam incentivar o investimento privado, têm-se verificado uma retração do investidor face a grave crise económica e financeira, para o que tem contribuído as altas taxas de juro.

Em relação ao programa nº 33, as negociações com as cimenteiras nacionais levam a crer que as mesmas participarão com percentagem superior de Capital Próprio e que a fixação do Capital Social será estabelecido por etapas.

Por sua vez, a compressão efectuada no programa 34, só por imperativo se justifica dado que o actual andamento dos projectos relativos aos Parques Industriais justificava o reforço deste programa.

Energia

A redução proposta para este sector, prende-se com a alteração de critérios para a formação da Empresa de Exploração Geotérmica.

A opção da empresa mista com a participação das entidades privadas estrangeiras ligadas ao investimento justificam a proposta de redução deste programa.

Comércio

A redução proposta para o projecto relativo a modernização das estruturas comerciais, deve-se à não aprovação do Diploma sobre o Apoio ao Comércio em Geral.

Por outro lado a redução do projecto relativo ao abastecimento de combustíveis, deve-se ao facto de inicialmente se prevê que o investimento seria efectuado pelo Governo Regional.

As negociações com as petrolíferas levaram a que as mesmas venham a participar neste projecto que se espera vir a ser mais económico.

Por sua vez a redução no projecto 41.2, deriva da necessidade de na actual conjuntura haver necessidade de comprimir os apoios à exportação.

Turismo

As reduções propostas devem-se fundamentalmente à situação real dos projectos em questão.

Para além das reduções propostas para os sectores produtivos há a salientar os atrasos verificados nos projectos do Porto de Vila do Porto,

Porto da Praia da Victoria e do Porto das Flores, cuja execução se desviou do inicialmente previsto.

A nível da "informação" a redução proposta para o projecto de Apoio à Comunicação Social derive de uma falta de procura, aos apoios existentes.

Face ao exposto a comissão, com os votos favoráveis dos representantes do PSD e o voto desfavorável do representante do PS, propõe que a revisão do Plano para 1983 seja aprovado pela Assembleia Regional.

Anexa-se a declaração de voto do representante do Partido Socialista.

Ponta Delgada, 28 de Setembro de 1983.

O RELACTOR

Jorge Manuel Castanheira Cruz:

- DECLARAÇÃO DE VOTO -

As presentes propostas de alteração ao Plano para 1983, apresentadas pelo Governo Regional vêm demonstrar a evidência que o Plano não foi elaborado numa óptica realista quanto à capacidade de investimento e execução, mas antes obedeceu a um enunciado de intenções, que sendo boas, no plano teórico, vêm, agora, a traduzir-se - em termos de política de planeamento - num acto, então assumido, com manifesta leviandade.

Na base desta tese, acresce referir que o Plano não constituiu para o Governo um documento orientador - a que se encontrava vinculado para o seu cumprimento, por deliberação da Assembleia Regional -, tendo o Governo assumido compromissos de carácter financeiro (não previstos nas dotações orçamentais) para o que se vê, agora na necessidade de recorrer à anulação de verbas que se encontram presentes para investimento em sectores fundamentais para o desenvolvimento económico da Região. Refira-se que no sector produtivo, propõe o Governo a redução dos seguintes verbas: agricultura; 37.200 contos; Pescas: 28.000 contos; Indústria; 189.000 contos; Energia: 100.000 contos; comércio: 80.000 contos; Turismo: 50.000 contos; no sector social, a segurança social sofrer uma redução de 3.500 contos, sendo de 23.000 contos a redução da verba prevista para o emprego.

Pelo exposto, e na base da tese referida o representante do PS na Comissão dos Assuntos Económicos e financeiros, emite o seu parecer desfavorável às propostas de alterações apresentadas pelo Governo.

José Manuel Bettencourt

ACOMPANHAMENTO DO PLANO

EXECUÇÃO FINANCEIRA – ENTIDADES EXECUTORAS

Período: 1º Semestre/83

Unid.: 1 000 contos

ENTIDADES EXECUTORAS	DOTAÇÃO				DESPENDIDO		
	Inicial	%do Total	Ajustado	%do Total	Valores	% do Total	Exec. Fin. % 6/4
1	2	3	4	5	6	7	8
Presidência	108,3	1,5	108,3	1,5	4,4	0,2	4,1
Sec. Reg. Administração Pública	184,0	2,5	184,0	2,5	44,3	2,1	24,1
Sec. Reg. Educação e Cultura	76,4	1,1	76,4	1,1	4,3	0,2	5,6
Sec. Reg. Trabalho	45,0	0,6	45,0	0,6	0,5	..	11,1
Sec. Reg. Assuntos Sociais	531,0	7,4	531,0	7,4	170,3	8,1	32,1
Sec. Reg. Agricultura e Pecuária	734,5	10,2	734,5	10,2	254,8	12,2	34,7
Sec. Reg. Comércio e Indústria	1 213,0	16,8	1 213,0	16,8	259,2	12,4	21,4
Sec. Reg. Transportes e Turismo	2 484,7	34,4	2 484,7	34,4	557,8	26,6	22,4
Sec. Reg. Equipamento Social	1 843,1	25,5	1 843,1	25,5	801,7	38,2	43,5
TOTAL	7 220,0	100,0	7 220,0	100,0	2 097,3	100,0	29,0

.. Sem significado

ACOMPANHAMENTO DO PLANO
EXECUÇÃO FINANCEIRA - SETORES

Período: 1º Semestre/83

Unid.: 1.000 contos

SECTORES	DOTAÇÃO				DESPENDIDO		
	Inicial	% do Total	Ajustado	% do Total	Valores	% do Total	Exec. Fin. % /JJA
1	2	3	4	5	6	7	8
SOCIAIS	1 912,5	26,3	1 912,5	26,5	738,3	35,2	38,6
Educação	906,5	12,6	906,5	12,6	454,3	21,7	50,1
Cultura	29,0	0,4	29,0	0,4	1,5	..	5,2
Saúde	350,0	4,8	350,0	4,8	83,4	4,0	23,9
Segurança Social	180,0	2,5	180,0	2,5	80,0	3,8	44,1
Emprego	77,0	1,1	77,0	1,1	13,2	0,7	17,2
Habituação	370,0	5,1	370,0	5,1	105,9	5,0	28,5
PRODUTIVOS	2 175,0	30,1	2 175,0	30,1	540,1	25,7	24,8
Agricultura	469,0	6,5	469,0	6,5	178,2	8,5	37,9
Piscas	239,0	3,3	239,0	3,3	69,7	3,3	29,2
Indústria	304,0	4,2	304,0	4,2	1,8	..	0,6
Energia	730,0	10,1	730,0	10,1	234,2	11,2	32,1
Comércio	152,0	2,1	152,0	2,1	10,1	0,5	6,6
Turismo	281,0	3,9	281,0	3,9	46,1	2,2	16,4
INFRA-ESTRUTURAS ECONÓMICAS	2 767,0	38,3	2 767,0	38,3	767,2	36,6	27,7
Transportes	2 750,0	38,1	2 750,0	38,1	756,9	36,1	27,5
Circuitos	17,0	0,2	17,0	0,2	10,3	0,5	60,6
APOIO	265,0	3,7	265,0	3,7	28,5	1,4	10,8
Investigação	52,5	0,7	52,5	0,7	8,0	0,4	15,2
Informação	104,0	1,5	104,0	1,5	4,1	0,2	3,9
Modernização	109,0	1,5	109,0	1,5	16,4	0,8	15,0
INVESTIMENTOS INTERMUNICIPAIS	100,0	1,4	100,0	1,4	23,2	1,1	23,2
TOTAL	7 220,0	100,0	7 220,0	100,0	2 097,3	100,0	29,0

.. Sem significado